



## Enquadramentos jornalísticos na cobertura do processo constituinte de 1988<sup>1</sup>

Lucia SANTA-CRUZ<sup>2</sup>  
Lucas LUCIANO<sup>3</sup>

### Resumo:

O artigo realiza uma análise documental de duas revistas semanais e 21 jornais brasileiros que circularam entre 1985 e 1988, período anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988. Com abordagem descritiva e qualitativa, apresenta os resultados de pesquisa que analisa os assuntos selecionados pela mídia para informar sobre a Assembleia Nacional Constituinte, utilizando como base o acervo digital do ex-Centro Pró-Memória da Constituinte, mantido pelo Museu da República. O objetivo central é destacar os enquadramentos jornalísticos, os critérios de noticiabilidade e o papel do jornalismo na construção da chamada “Notícia Cidadã”. A análise de 557 recortes de jornais revelou uma diversidade temática significativa, com 53 temas diferentes identificados, sendo dois centrais: 1) participação popular e redemocratização e 2) cobertura do processo eleitoral e movimentos inovadores. A pesquisa visa a contribuir para uma compreensão das interações entre a mídia, a política e a sociedade, destacando a importância das fontes jornalísticas como testemunhas e agentes da história nacional.

**Palavras-chave:** Constituinte; imprensa; cobertura; enquadramento; jornalismo.

## News framing in the coverage of the 1988 constituent process

### Abstract:

The article conducts a documentary analysis of two weekly magazines and 21 Brazilian newspapers that circulated between 1985 and 1988, the period preceding the enactment of the 1988 Federal Constitution. With a descriptive and qualitative approach, it presents the results of research analyzing the topics selected by the media to report on the National Constituent Assembly, based on the digital archives of the former Pró-Memory Center of the Constituent Assembly, maintained by the Museum of the Republic. The main objective is to highlight journalistic framings, newsworthiness criteria, and the role of journalism in constructing the so-called “Citizen News”. The analysis of 557 newspaper clippings revealed significant thematic diversity, with 53 different topics identified, two of which were central: 1) popular participation and redemocratization, and 2) coverage of the electoral process and innovative movements. The research aims to contribute to an understanding of the interactions between the media, politics, and society, emphasizing the importance of journalistic sources as witnesses and agents of national history.

**Keywords:** Constitutional Assembly; press; coverage; framing; journalism.

---

<sup>1</sup> Uma versão inicial deste trabalho foi apresentada no 12º Seminário de Iniciação Científica da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM Rio), em outubro de 2023.

<sup>2</sup> Docente da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM Rio), docente permanente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Economia Criativa, Estratégia e Inovação, doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). *E-mail:* lucia.santacruz@espm.br

<sup>3</sup> Estudante do curso de graduação em Jornalismo da ESPM Rio. *E-mail:* lucas.felisberto@acad.espm.br





## Encuadres periodísticos en la cobertura del proceso constituyente de 1988

### Resumen:

El artículo realiza un análisis documental de dos revistas semanales y 21 periódicos brasileños que circularon entre 1985 y 1988, período anterior a la promulgación de la Constitución Federal de 1988. Con un enfoque descriptivo y cualitativo, presenta los resultados de una investigación que analiza los temas seleccionados por los medios para informar sobre la Asamblea Nacional Constituyente, utilizando como base el archivo digital del antiguo Centro Pró-Memoria de la Constituyente, mantenido por el Museo de la República. El objetivo principal es destacar los encuadres periodísticos, los criterios de noticiabilidad y el papel del periodismo en la construcción de la llamada “Noticia Ciudadana”. El análisis de 557 recortes de periódicos reveló una diversidad temática significativa, con 53 temas diferentes identificados, siendo dos los principales: 1) participación popular y redemocratización, y 2) cobertura del proceso electoral y movimientos innovadores. La investigación busca contribuir a la comprensión de las interacciones entre los medios, la política y la sociedad, destacando la importancia de las fuentes periodísticas como testigos y agentes de la historia nacional.

**Palabras clave:** Constituyente; prensa; cobertura; encuadre; periodismo:

### Introdução

Considerada por alguns como o final da ditadura militar instaurada no Brasil com o golpe de 1964, a Constituição Federal de 1988, marco na história política e social do Brasil, foi precedida por um período de agitação política, debates intensos e mudanças notáveis. Chamada de “Constituição Cidadã”, por ter sido o primeiro texto constitucional que tratou dos direitos e deveres individuais, sociais e coletivos da população, é também a mais duradoura da história da República do Brasil (Constituição 30 anos..., 2019).

O processo de construção de uma nova Constituição para o Brasil após a ditadura militar de 1964 se iniciou com a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (CEC), instituída em 1985 pelo então presidente José Sarney, composta por 50 intelectuais e especialistas, com o objetivo de produzir um anteprojeto do texto constitucional (Antecedentes, [s. d.]). A CEC encerrou os trabalhos em 1986 e, após essa data, as sugestões da sociedade foram encaminhadas à Fundação Nacional Pró-Memória, órgão do então Ministério da Cultura, que criou o Centro Pró-Memória da Constituinte (CPMC), para funcionar como uma ponte com a Assembleia Nacional Constituinte, instalada em fevereiro de 1987.

A Constituição brasileira de 1988 foi promulgada após 21 meses de atuação da Assembleia Constituinte, formada por 594 parlamentares, dos quais 487 eram deputados



federais titulares e 25 suplentes, e 72 senadores titulares e 10 suplentes (Portal da Constituição Cidadã, [s. d.]). A Assembleia Constituinte se organizou em oito comissões temáticas, a saber:

I - Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher;

II - Comissão da Organização do Estado;

III - Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo;

IV - Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições;

V - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças;

VI - Comissão da Ordem Econômica;

VII - Comissão da Ordem Social;

VIII - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação (Menezes; Souza, 2019).

Antes mesmo do início dos trabalhos da Constituinte, a sociedade já se mobilizava por um texto constitucional que refletisse as demandas por democracia, direitos humanos e justiça social, entre outros temas.

Com a extinção da Fundação Nacional Pró-Memória, o acervo do CPMC (composto por documentação do próprio Centro e da CEC, cartazes, cartas, recortes de notícias, entre outros), foi recolhido, em 1990, ao Museu da República no Rio de Janeiro.

Este artigo se origina dos resultados da pesquisa documental “35 anos da Constituição de 1988: memórias da Constituinte”. O projeto teve o objetivo de analisar o material gráfico e noticioso que faz parte do acervo digital do ex-Centro Pró-Memória da Constituinte, em especial realizar uma análise da cobertura jornalística durante o processo constituinte que ocorreu entre 1985 e 1988. Esse conjunto de materiais jornalísticos, meticulosamente digitalizado, é mantido no Museu da República e compreende a cobertura realizada por um pouco mais de meia centena de jornais de diversas regiões do Brasil, incluindo veículos com diferentes orientações políticas e linhas editoriais.

Por meio da análise documental e de enquadramento, objetiva-se desvendar como os enquadramentos de mídia, os critérios de noticiabilidade e a responsabilidade do jornalismo na construção de uma “Notícia Cidadã” influenciaram os debates e a percepção pública acerca da Constituição de 1988. Ela também fornece uma análise abrangente das diversas perspectivas e narrativas presentes na cobertura jornalística desse período significativo, contribuindo para uma

compreensão mais completa do contexto político e social da época. Ao examinarmos minuciosamente os registros jornalísticos desses anos, pretendemos identificar como os principais acontecimentos políticos e sociais foram interpretados e moldados pela imprensa de diferentes regiões do país. Buscamos, ainda, compreender qual o papel desempenhado pela mídia na construção da opinião pública, na promoção da transparência e na participação cidadã durante o processo de criação da Constituição.

Dessa forma, este artigo visa a contribuir para uma compreensão mais profunda das interações entre mídia, política e sociedade no contexto da Constituição Federal de 1988, destacando a importância das fontes jornalísticas documentais como testemunhas e agentes da história nacional.

### Conceitos norteadores

Antes de analisar os documentos da imprensa durante o período da Constituinte (1985-1988), é preciso entender, primeiramente, quais são os critérios utilizados para definir aquilo que se torna notícia e, também, como ela é construída. Esses parâmetros, responsáveis por conceituar o que merece ser percebido e destacado pela imprensa, são chamados de *critérios de noticiabilidade*, que funcionam como filtros aplicados pelos jornalistas para priorizar e hierarquizar acontecimentos com base em fatores como relevância, surpresa, negatividade e continuidade, entre outros.

[...] o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo “valor-notícia” (Traquina, 2013, p. 63).

Os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia são conceitos centrais na produção jornalística, que orientam o que se transforma em fato noticiável. Ao longo da história, vários teóricos dedicaram-se a estudar o processo de formação da notícia. Entre os mais conhecidos, estão, por exemplo, Galtung e Ruge (1999), Wolf (2001) e Traquina (2013).

Galtung e Ruge (1999) foram pioneiros na sistematização dos critérios de noticiabilidade, propondo uma série de fatores que influenciam a decisão editorial sobre o que

merece ser notícia: a amplitude do impacto, a consonância com valores culturais e a imprevisibilidade dos acontecimentos, enfatizando que a notícia é, essencialmente, um construto social.

Wolf (2001) chama de *noticiabilidade* a capacidade que os fatos têm de virar ou não notícia. Quanto maior o grau de *noticiabilidade*, maior essa capacidade, que pode ser medida pelos valores-notícia. Os valores-notícia funcionam como um mapa cultural, que ajuda a identificar o que seria uma notícia e a situar o fato dentro da produção jornalística. Além de mapa, também se traduz num código ideológico, permitindo que se esboce uma teoria do conhecimento implícita nas rotinas das redações.

Na sua sistematização, Wolf (2001) estabeleceu cinco categorias para os valores-notícia: substantivas, relativas ao produto, relativas ao meio de informação, relativas ao público e relativas à concorrência. Cada uma dessas categorias conta com subdivisões, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1 – Valores-notícia estabelecidos por Wolf

<b>Categorias</b>	<b>Subdivisões</b>
Substantivas	Importância dos envolvidos
	Quantidade de pessoas envolvidas
	Interesse nacional
	Interesse humano
	Feitos excepcionais
Relativas ao produto	Brevidade
	Atualidade
	Novidade
	Organização interna da empresa
	Qualidade
	Equilíbrio de assuntos (diversidade)
Relativas ao meio de informação	Acesso à fonte/local
	Formatação prévia/manuais
	Política editorial
Relativas ao público	Plena identificação de personagens
	Serviço/interesse público
	Proteção (evitar suicídios, por exemplo)
Relativas à concorrência	Exclusividade ou furo
	Gerar expectativas
	Modelos referenciais

Fonte: Wolf (2001).

Traquina (2013) enfatiza a inter-relação entre os valores-notícia e a produção jornalística, sugerindo que o processo de noticiabilidade está intimamente ligado à função social do jornalismo. Ele descreve a relevância como uma forma de responsabilidade social da imprensa, que deve informar sobre acontecimentos com implicações significativas para o público. Ao destacar que os meios jornalísticos servem para mediar a compreensão dos eventos com maior impacto sobre a sociedade, ele reforça a ideia de que a notoriedade e a relevância são critérios constantes e essenciais na prática jornalística.

Um aspecto interessante nas discussões sobre noticiabilidade é a estabilidade dos critérios ao longo do tempo. Stephens (1988) argumenta que a seleção de notícias manteve uma consistência trans-histórica e transcultural, sugerindo que a humanidade sempre mostrou interesse por um quadro relativamente estável de eventos. Isso é especialmente evidente na relação entre a notoriedade de figuras públicas e o espaço que elas ocupam no noticiário. Desde as “folhas volantes” da Europa do século XVI até os jornais digitais contemporâneos, a importância de atores políticos e sociais continua sendo um fator decisivo na produção da notícia.

A partir dessas convenções, é possível estudar o porquê de determinados assuntos envolvendo o processo de construção da Constituição Brasileira de 1988 terem sido apresentados nas páginas dos jornais da época. Nesse sentido, destacam-se pelo menos dois critérios: notoriedade e relevância.

Notoriedade envolve a centralidade das figuras públicas no cenário noticioso, o que significa que eventos relacionados a políticos, celebridades ou personalidades influentes tendem a ganhar mais destaque. Traquina (2013) considera que a notoriedade se refere à importância do ator principal do acontecimento em observação. Por isso, assuntos que envolvem figuras políticas ou celebridades, por exemplo, sempre fizeram parte da agenda jornalística, antes mesmo da ascensão da imprensa industrial, no início do século XX, no caso do Brasil.

No caso do período da Constituinte, por exemplo, o processo relacionava-se diretamente com a figura do presidente da República, na época José Sarney, responsável pela convocação da Assembleia Constituinte, e o desenvolvimento do projeto também envolvia outros agentes políticos, como o Legislativo, por exemplo. Logo, o critério de notoriedade foi um fator



decisivo relevante na atividade jornalística de escolher aquilo que merecia ser destacado pela imprensa durante o período analisado. Da mesma forma, o grau de notoriedade dos demais atores sociais envolvidos no processo de elaboração da nova carta constitucional implicava diretamente no destaque que recebiam (ou não) da cobertura noticiosa. Nesse sentido, o assunto nem sempre seria considerado o mais importante, mas quem estava envolvido com ele.

O segundo valor-notícia citado, o da relevância, trata da expressividade e proporção daquele determinado acontecimento (Traquina, 2013). Diz respeito à magnitude e às consequências de um evento. Se o acontecimento afeta diretamente a sociedade ou muitas pessoas, adquire maior potencial de ser noticiado. Dado que o jornalismo tem como um dos seus principais valores a responsabilidade de informar à sociedade aquilo que a afeta de alguma maneira (Traquina, 2013), a relevância se torna, portanto, um valioso motor da atividade noticiosa. “Este valor-notícia determina que a noticiabilidade tem a ver com a capacidade de o acontecimento incidir ou ter impacto sobre as pessoas, sobre o país, sobre a nação” (Traquina, 2013, p. 80).

Assim, ao analisar o contexto em que o processo constitucional foi iniciado, é visível a influência desse critério na escolha das notícias da época. Mesmo a Constituição sendo um documento federal de enorme alcance nacional, foi o momento político vivido pelo país que deu ainda mais expressividade ao projeto.

No Brasil, terminara recentemente o período de Ditadura Militar, que perdurou por mais de 20 anos (1964-1985) e foi responsável por abalar profundamente as estruturas democráticas do país. Existia, portanto, entre os brasileiros, um desejo ardente por uma redemocratização, capaz de dar ao povo os direitos não mais previstos pela, até então, Constituição Federal de 1967. A população desejava uma Carta que lhe devolvesse o exercício da cidadania, como, principalmente, o voto direto à Presidência da República.

Cabe destacar, ainda, além dos valores-notícia citados acima, a responsabilidade do jornalismo de construir uma “Notícia Cidadã” (Vidal, 2009, p. 211), capaz de entregar à população não só aquilo que é de “interesse do público”, mas, também, aquilo que é de “interesse público” (Vidal, 2009, p. 63; 67; 211). Ou seja, enxergar a imprensa como um agente de manutenção da democracia, responsável por auxiliar a tomada de decisão da sociedade e mantê-la informada.



Por meio de uma análise da atuação da imprensa e do jornalismo relacionada ao interesse público, ao direito de informar, e ao direito do leitor de ser informado, chega-se à proposta de construção da notícia cidadã. O interesse público é percebido como um valor construído e agregado à notícia (Vidal, 2009, p. 115).

Assim, como o processo constitucional possui uma importância nacional inquestionável, é, portanto, tratado naquele período como um assunto de extremo interesse público. Essa conceituação, ainda que se considerem os limites teóricos deste item, que não aprofunda as questões aqui elencadas, é necessária para entendermos a função social e democrática do jornalismo no processo da Constituição de 1988.

Por último, outro conceito fundamental é o de enquadramento. Cunhado pelo sociólogo Erving Goffman (1974) e trazido para os estudos da Comunicação, a teoria se refere às propriedades construtivas das representações jornalísticas. Essa noção, conforme explicada por Tuchman (1978), parte do pressuposto de que as notícias agem não só como mantenedoras da democracia, mas também como agentes de construção social da realidade. Cabe aqui também lembrar dos filtros aplicados pelos jornalistas, que não apenas interferem no que é visto pelos profissionais do jornalismo, como também emolduram aquilo que a população irá ver, como bem lembra Bourdieu (1997, p. 12): “Os jornalistas têm os seus olhos particulares através dos quais veem certas coisas e não outras, e veem de uma certa maneira as coisas que veem. Operam uma seleção e construção daquilo que é selecionado”.

Portanto, o próprio ato de valorizar um fato e elevá-lo à categoria de acontecimento noticiável, já é enquadrá-lo. Ao definir algo como significativo, em detrimento de outros fatos, o jornalismo atua como um agente de construção social e, assim, constrói a maneira que a realidade será lida pela sociedade (Porto, 2004). Esse efeito ideológico na audiência, a partir da maneira em que a notícia é enquadrada, é ainda mais verificável em temas relacionados à política, como no caso do processo da Constituinte.

Os critérios de noticiabilidade e o enquadramento são conceitos centrais para a compreensão de como as notícias são selecionadas, estruturadas e apresentadas ao público. A articulação entre esses dois conceitos permite uma visão mais abrangente de como o jornalismo não só escolhe o que reportar, mas também de que maneira esses eventos devem ser interpretados pela audiência. Embora os critérios de noticiabilidade permitam decidir o que é







notícia, o enquadramento molda a narrativa dessa notícia. Se os valores-notícia são um primeiro filtro que possibilita determinar quais fatos ganham visibilidade midiática, o enquadramento permite um segundo estágio de filtragem, configurando a forma como esses eventos serão apresentados e interpretados.

A pesquisa feita pelo sociólogo William Gamson (1995), relatada em seu livro *Talking politics*, exemplifica como os enquadramentos feitos pela mídia na cobertura política atuam na construção empírica da audiência acerca dessa editoria. O autor conclui, após diversas entrevistas com cidadãos comuns nos Estados Unidos, que a mídia possui grande influência na formação de uma consciência política popular.

Os enquadramentos da mídia, por conseguinte, organizam o mundo tanto para os jornalistas, como também, em um grau importante, para aqueles que recorrem às notícias (Gitlin, 1980). Ao criar padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, a comunidade jornalística é capaz de organizar, simbolicamente, qualquer discurso de forma rotineira, seja ele verbal ou visual (Gitlin, 1980). Essa organização não é meramente funcional, mas avança na formação dos processos mentais estruturantes da população. A partir de Goffman, Porto (2004, p. 78) explica: “Enquadramentos são entendidos como marcos interpretativos mais gerais, construídos socialmente, que permitem às pessoas dar sentido aos eventos e às situações sociais”. Tuchman (1978), uma das principais teóricas do conceito de que as notícias são o resultado de uma construção social, usa o conceito de enquadramento como sinônimo de ideia organizadora usada na atribuição de sentido aos acontecimentos.

Esta análise, portanto, não pode ser completa sem considerar uma profunda influência dos enquadramentos de mídia. Eles desempenham um papel crítico na interpretação pública dos eventos políticos e sociais, moldando a maneira como as notícias são percebidas pela audiência.

Como definido por Goffman (1974) e amplamente adotado nos estudos de Comunicação, os enquadramentos são marcos interpretativos mais amplos e socialmente construídos. Eles permitem que as pessoas atribuam sentido aos eventos e às situações sociais, influenciando profundamente a maneira como a realidade é compreendida, como já enfatizamos anteriormente. E, no contexto da Constituinte, é imperativo reconhecer que a maneira como os temas foram retratados nas notícias teve impacto na interpretação da audiência.





Portanto, a análise da cobertura da Constituinte deve levar em consideração não apenas os temas abordados, mas também como eles foram moldados pela mídia, influenciando diretamente na compreensão pública dos eventos e debates relacionados à Constituição Federal de 1988.

### **Abordagem metodológica**

Este artigo adota uma abordagem descritiva e qualitativa para investigar as características do fenômeno em estudo, que é a cobertura jornalística durante o período da Constituinte (1985-1988). Além disso, sua abordagem metodológica é classificada como documental (Gil, 2018), pois se baseia em fontes secundárias, especificamente nas notícias relacionadas à Constituinte, disponíveis no acervo digital do ex-Centro Pró-Memória da Constituinte, mantido e digitalizado no Museu da República.

O método de pesquisa foi dividido em três etapas essenciais: observação, descrição e interpretação. Cada uma dessas etapas desempenhou papel fundamental na análise do *corpus* documental e na compreensão do contexto histórico e político da época.

A fase de observação corresponde ao processo de leitura flutuante, realizada durante o mês de abril de 2023. Seu objetivo principal era obter uma primeira impressão dos documentos, identificando aspectos relevantes e esboçando as categorias de análise. A partir da observação, foram destacados os principais temas e assuntos discutidos nos jornais durante o período da Constituinte.

A etapa seguinte, de descrição, realizada ao longo do mês de maio de 2023, envolveu a categorização dos documentos de acordo com a frequência e a forma como cada tema foi retratado. Nessa fase, não apenas os temas foram organizados, mas também a quantidade de veículos jornalísticos e os principais agentes políticos que desempenharam um papel proeminente durante o período de análise foram registrados. Isso permitiu uma visão geral da distribuição e relevância dos temas na cobertura jornalística da Constituinte.

E, finalmente, a fase de interpretação se estendeu por aproximadamente dois meses, a partir de junho, concentrando-se na análise detalhada das notícias, ancorada pelo conceito de enquadramento de mídia. Durante essa etapa, foi investigado como cada tópico foi abordado nos jornais, considerando o contexto mais amplo em que as notícias estavam inseridas. Além



disso, essa fase permitiu a compreensão das decisões tomadas e dos eventos históricos ocorridos entre 1985 e 1988, bem como a influência dos enquadramentos de mídia na interpretação desses eventos pela audiência.

Em resumo, a abordagem metodológica adotada nesta pesquisa proporcionou uma análise da cobertura jornalística da Constituinte, com base em uma metodologia que valorizou a observação inicial, a categorização sistemática e a interpretação contextualizada das notícias. Isso possibilitou uma compreensão abrangente de como os enquadramentos de mídia moldaram a percepção pública dos eventos relacionados ao processo de feitura da Constituição Federal de 1988.

### Descrição geral

Para esta pesquisa, foram considerados em 55 periódicos, abrangendo todas as regiões do país. Desses, demos destaque a 23 veículos, sendo duas revistas semanais de circulação nacional e 21 jornais diários das cinco regiões brasileiras. Esses jornais foram selecionados entre os disponíveis no acervo digital consultado, por representarem os principais veículos de comunicação que circularam no período de 1985 a 1988, englobando uma ampla gama de perspectivas geográficas e políticas. Aqui está uma breve descrição geral de alguns desses jornais, agrupados por regiões geográficas.

No nosso entendimento, eles contribuíram para enriquecer o panorama da mídia brasileira da época, refletindo a diversidade de vozes e perspectivas que caracterizavam o cenário jornalístico nacional. Assim, esses veículos oferecem um vislumbre adicional das múltiplas narrativas e abordagens presentes na cobertura jornalística da Constituição de 1988.

### Região Norte

*Alto Madeira:* Esse jornal de Rondônia desempenhou um papel fundamental na cobertura das notícias da região Norte do Brasil. Sua ênfase estava em eventos locais e nacionais que afetavam diretamente a população da Amazônia e estados vizinhos.

### Região Nordeste

*Diário de Natal:* Como um dos jornais mais proeminentes do Rio Grande do Norte, o *Diário de Natal* focou na cobertura de notícias locais e nacionais, contribuindo para a compreensão dos desafios e acontecimentos do Nordeste brasileiro.

*O Povo:* O jornal *O Povo*, com sede no Ceará, manteve um forte compromisso com a cobertura regional e nacional, abordando questões que eram relevantes para o Nordeste do país.

*Poratim:* Atuando no Maranhão, o jornal *Poratim* desempenhou um papel essencial na comunicação de eventos e tópicos específicos da região Nordeste.

*Tribuna da Imprensa:* Esse jornal do Piauí ofereceu uma perspectiva local sobre eventos nacionais, contribuindo para a diversidade de vozes no cenário midiático do Nordeste brasileiro.

#### Região Centro-Oeste

*Jornal de Brasília:* Com sede no Distrito Federal, o *Jornal de Brasília* era um veículo de importância nacional e regional, cobrindo tanto as questões locais da capital como as nacionais.

*Correio do Estado:* Como um jornal do Mato Grosso do Sul, o *Correio do Estado* tinha um foco em notícias locais, mas também acompanhava eventos de relevância nacional.

*O Popular:* O jornal *O Popular*, de Goiás, contribuiu para a compreensão das questões do Centro-Oeste brasileiro, com uma abordagem abrangente em relação aos tópicos regionais e nacionais.

#### Região Sudeste

*Folha de S.Paulo:* Um dos jornais mais influentes do Brasil, a *Folha de S.Paulo* focava em notícias nacionais e internacionais, contribuindo significativamente para o debate político e social do país.

*O Globo:* Com base no Rio de Janeiro, *O Globo* era outro jornal de grande importância nacional, abrangendo uma ampla gama de tópicos locais e nacionais.

*Jornal do Brasil:* Este jornal carioca teve um papel significativo na cobertura de eventos de todo o Brasil, com uma abordagem nacionalmente reconhecida.

*Diário Popular*: Com sede em São Paulo, o *Diário Popular* enfocava principalmente questões locais, mas também acompanhava desenvolvimentos nacionais.

*A Tribuna*: Outro jornal paulista, *A Tribuna* tinha uma perspectiva regional, mas também fornecia informações sobre eventos de importância nacional.

*O Estado de Minas*: Jornal de Minas Gerais, o *Estado de Minas* abordou notícias locais e nacionais, contribuindo para a compreensão das questões mineiras e brasileiras.

*O Dia*: *O Dia*, um jornal do Rio de Janeiro, abordava notícias locais e nacionais, contribuindo para o entendimento dos eventos no estado e no país.

*Última Hora*: Este jornal do Rio de Janeiro se destacava na cobertura de notícias locais e nacionais, fornecendo informações relevantes para o público carioca e brasileiro.

### Região Sul

*Estado de Santa Catarina*: Como um jornal catarinense, o *Estado de Santa Catarina* se concentrou em notícias e eventos da região sul do Brasil.

*Estado do Paraná*: Este jornal do Paraná desempenhou um papel de destaque na comunicação de eventos regionais e nacionais.

*Zero Hora*: Baseado no Rio Grande do Sul, o *Zero Hora* cobria eventos na região sul do país, contribuindo para a compreensão das questões locais e nacionais.

### Brasília e Nacional

*Correio Brasiliense*: O *Correio Brasiliense*, sediado no Distrito Federal, destacou-se na cobertura das notícias da capital do país e das questões nacionais.

*Gazeta Mercantil*: Como um jornal econômico de circulação nacional, a *Gazeta Mercantil* acompanhou questões econômicas e financeiras relevantes para o Brasil.

*Veja*: Uma revista de circulação nacional, *Veja* cobriu uma variedade de tópicos, incluindo política, cultura e sociedade.

*Isto é*: A revista *Isto é*, de circulação semanal, concentrou-se principalmente em política e cultura, fornecendo uma perspectiva nacional.

Além dos jornais identificados com suas respectivas localidades, é importante mencionar que durante a pesquisa foram encontrados outros veículos de comunicação que não

punderam ser precisamente associados a uma região geográfica específica devido à falta de informações disponíveis. Esses títulos, embora não vinculados geograficamente, também atuaram intensamente na disseminação de informações e notícias relacionadas ao período da Constituinte (1985-1988).

## Resultados

A pesquisa realizada sobre a cobertura jornalística durante o processo da Constituinte entre 1985 e 1988 revelou *insights* significativos sobre os temas abordados, as vozes representadas e as complexas dinâmicas que moldaram o discurso público durante esse período crucial da história brasileira.

A análise de 557 recortes de jornais revelou uma diversidade temática significativa, identificando 53 temas diferentes, dos quais dois surgiram como centrais: 1) participação popular e redemocratização e 2) cobertura do processo eleitoral e movimentos inovadores.

### *Participação popular e redemocratização*

Esses temas refletiram o desejo por uma democracia mais inclusiva e participativa. Enquanto os jornais locais deram voz a movimentos sociais e iniciativas da sociedade civil que buscavam influenciar o processo constituinte, os veículos nacionais focaram nos aspectos institucionais e políticos do período, destacando a interação complexa entre os atores políticos e a imprensa.

### *Cobertura do processo eleitoral e movimentos inovadores*

Um ponto também de destaque na cobertura jornalística foi o processo eleitoral para a Constituinte. Os jornais desempenharam um papel crucial ao informar a população sobre as escolhas políticas que moldariam o futuro constitucional do país. A ausência significativa de militares nos debates refletiu a transição gradual do fim da Ditadura Militar, indicando um distanciamento das forças armadas do cenário político.

Movimentos sociais e iniciativas de base foram inovações importantes durante esse período, sendo retratados de maneira variada pela mídia. Enquanto os jornais regionais amplificavam suas vozes e demandas por representação no processo constituinte, os veículos



nacionais frequentemente enquadravam esses movimentos dentro de narrativas mais amplas de mudança política e social.

Entre os movimentos sociais inovadores destacados durante esse período, os ambientalistas ganharam visibilidade ao pressionar por direitos ambientais e pela proteção dos recursos naturais no texto constitucional. Paralelamente, os grupos indígenas organizaram-se para reivindicar o reconhecimento de seus direitos territoriais e culturais, marcando um avanço importante na luta contra a marginalização histórica dessas comunidades na política nacional.

Os movimentos feministas também desempenharam um papel crucial, exigindo a inclusão de direitos das mulheres na Constituição. A busca por igualdade de gênero e a defesa dos direitos reprodutivos foram temas centrais abordados pelos jornais regionais, que deram espaço para essas demandas específicas. Por sua vez, os veículos de mídia nacional frequentemente enquadravam essas questões dentro de um contexto mais amplo de direitos humanos e sociais, amplificando o debate sobre igualdade e justiça social.

Além disso, os movimentos ligados à reforma agrária e aos direitos trabalhistas foram proeminentes. Organizações sindicais e trabalhadores rurais pressionaram por mudanças significativas nas políticas agrárias e trabalhistas do país. A cobertura jornalística regional destacou as condições de vida desses grupos e suas demandas específicas, enquanto os veículos nacionais enquadravam essas questões dentro do debate mais amplo sobre justiça econômica e social.

### **Enquadramentos na cobertura jornalística**

A aplicação da teoria do enquadramento permitiu identificar quatro categorias principais:

*Enquadramento temático:* Durante a Constituinte, os jornais utilizaram diferentes assuntos como enquadramentos temáticos distintos para destacar aspectos específicos do processo. Temas como Participação Popular e Redemocratização emergiram como centrais, refletindo o desejo por uma democracia mais inclusiva e participativa. Esses enquadramentos temáticos não apenas informaram o público sobre as discussões em andamento, mas também colaboraram para a percepção coletiva sobre os principais objetivos e desafios enfrentados na elaboração da nova Constituição.

*Enquadramento geográfico:* O enquadramento geográfico na cobertura jornalística durante a Constituinte foi evidente na distinção entre jornais locais e nacionais. Enquanto os jornais locais priorizavam questões regionais e locais, como demandas específicas de movimentos sociais e condições socioeconômicas regionais, os veículos nacionais ampliaram a perspectiva para incluir aspectos políticos e institucionais em nível nacional. Isso permitiu uma cobertura mais abrangente das negociações políticas e das decisões tomadas no âmbito da Assembleia Constituinte, oferecendo ao público uma visão mais completa das dinâmicas políticas do país durante o período.

*Enquadramento de gênero e raça:* A análise revelou um enquadramento limitado de gênero e raça na cobertura jornalística da Constituinte. Predominavam intelectuais homens cis brancos nas vozes representadas, refletindo desigualdades estruturais na representatividade midiática da época. Mulheres, pessoas negras e outros grupos marginalizados enfrentaram significativas barreiras na visibilidade de suas demandas e perspectivas nos jornais. Esse enquadramento limitado contribuiu para uma representação desigual na mídia, reforçando a necessidade de uma análise crítica da diversidade e inclusão na cobertura jornalística de eventos políticos.

*Enquadramento de participação social:* O enquadramento na participação social foi fundamental para destacar a importância da voz da sociedade civil no processo constituinte. A mídia desempenhou um papel crucial ao mobilizar a opinião pública em prol de uma Constituição mais inclusiva e participativa. Ao dar visibilidade aos movimentos sociais, sindicatos, organizações não governamentais e outras iniciativas de base, os jornais incentivaram o engajamento cívico e fortaleceram a legitimidade democrática do processo constituinte. Esse enquadramento também ajudou a construir uma narrativa coletiva sobre a participação ativa da sociedade na definição dos rumos políticos do país.

### **Conflitos e negociações**

A Constituição de 1988 teve um impacto duradouro na sociedade brasileira, estabelecendo os fundamentos para a democracia e os direitos civis, políticos, sociais e



econômicos. A mídia desempenhou um papel crucial na educação cívica, ao explicar os novos direitos e deveres dos cidadãos, além de monitorar as instituições democráticas subsequentes.

Os jornais não apenas reportaram os acontecimentos, mas também registraram os intensos debates, negociações e conflitos que caracterizaram a elaboração da Constituição. Questões como federalismo, direitos individuais, papel do Estado na economia e direitos sociais foram amplamente discutidas e refletidas nas páginas dos jornais. Esses debates foram fundamentais para definir o conteúdo da Constituição e refletiram as tensões políticas e ideológicas da época.

Nesse contexto, é possível destacar dois debates de extrema relevância que capturaram a atenção da mídia brasileira e foram fundamentais na configuração da nova ordem constitucional. O primeiro debate concentrou-se no federalismo, uma questão complexa que envolveu a distribuição de competências entre União, estados e municípios. A autonomia dos estados, a descentralização administrativa e a equitativa distribuição de recursos emergiram como temas centrais. As discussões refletiram não apenas as especificidades de um país federativo como o Brasil, mas também as tensões entre centralização e regionalização, impactando diretamente a estrutura de poder e a autonomia local.

O segundo debate relevante orbitou em torno dos direitos individuais e sociais, abrangendo um espectro amplo que ia desde as liberdades civis, como expressão, religião e privacidade, até os direitos sociais essenciais, como educação, saúde, trabalho digno e previdência social. A mídia desempenhou um papel crucial ao informar a população sobre essas discussões e ao amplificar as vozes de diversos setores da sociedade que buscavam assegurar esses direitos na nova Constituição. Essas temáticas não só refletiram as aspirações democráticas e inclusivas da sociedade brasileira naquele período de transição política, mas também contribuíram para a consolidação de um arcabouço jurídico que promovesse a justiça social e a equidade.

Apesar dos avanços significativos, a análise crítica da cobertura jornalística revela algumas limitações e desafios persistentes. A falta de diversidade nas vozes representadas nos jornais da época é um exemplo claro. Mulheres, pessoas negras e outros grupos marginalizados frequentemente não foram adequadamente representados, refletindo desigualdades estruturais na mídia e na sociedade como um todo.



Logo, a análise aprofundada da cobertura jornalística durante a Constituinte de 1985-1988 oferece uma visão multifacetada e rica desse período crucial da história brasileira. Reconhecer tanto os avanços quanto as limitações na cobertura midiática nos permite entender melhor como a mídia influencia e reflete as transformações sociais e políticas de um país. Esta pesquisa ressalta a importância contínua de estudar a cobertura jornalística histórica para entendermos como as narrativas são construídas, quem são os protagonistas visíveis e invisíveis, e como isso afeta a memória coletiva e a compreensão dos eventos históricos.

### Considerações finais

Esta pesquisa documental, que se debruçou sobre a análise de registros jornalísticos de pouco mais de meia centena de jornais brasileiros, com ênfase nos 23 abordados ao longo do texto, durante o período da Constituinte (1985-1988), revelou uma intrincada relação entre mídia, política e sociedade. Os resultados obtidos destacam a influência considerável exercida pela imprensa na construção de narrativas políticas, na formação da opinião pública e na condução dos debates que moldaram a Constituição Federal de 1988.

A partir da aplicação de critérios de noticiabilidade, como relevância e notoriedade, a mídia desempenhou um papel proeminente na seleção e enquadramento dos eventos constituintes. Isso não apenas influenciou a percepção pública sobre os temas em discussão, mas também teve o poder de direcionar a atenção da sociedade para questões específicas, moldando, assim, a agenda política nacional.

Nesse sentido, a pesquisa identificou quatro categorias para analisar os enquadramentos desenhados pelo jornalismo ao noticiar os trabalhos da Constituinte: o *enquadramento temático*, que elencou que assuntos deveriam ser prioritários no debate público sobre o processo de elaboração da carta constitucional, com destaque para participação popular e redemocratização; o *enquadramento geográfico*, com uma distinção clara entre o conteúdo produzido por veículos locais e órgãos nacionais; o *enquadramento de gênero e raça*, que mostrou a invisibilidade de mulheres, pessoas negras e outras parcelas marginalizadas da população na representação no noticiário, embora movimentos sociais tenham atuado fortemente na defesa dos interesses desses grupos; e, por fim, o *enquadramento de participação social*, destacando a mobilização da sociedade no processo constituinte.

A diversidade dos jornais analisados, representando diferentes regiões e orientações políticas, ressalta a complexidade da mídia como um ator político. Cada veículo contribuiu para o cenário informativo de maneira única, refletindo suas próprias perspectivas e agendas. Essa pluralidade de vozes e narrativas na mídia brasileira da época realça a importância de uma imprensa livre e diversificada em uma democracia. Além disso, a análise documental reforça o conceito de que a mídia não é apenas um espelho passivo dos acontecimentos políticos, mas também um agente ativo na construção da realidade social e política.

Um ponto importante a destacar é que todo enquadramento midiático pressupõe não só uma seleção, mas simultaneamente um descarte de outras perspectivas ou assuntos. Mesmo que hoje consideremos que o jornalismo foi fundamental na cobertura intensa dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, não podemos nos esquecer, como evidenciam os resultados da pesquisa de que este artigo deriva, que a cobertura da mídia revela limitações, como a falta de diversidade nas fontes das reportagens, que, por outro lado, apoiavam-se fortemente no critério de notoriedade dos enunciadores dos eventos. Alguns desses limites ainda hoje se fazem presentes na atuação do jornalismo, lembrando que a construção social da notícia continua a refletir interesses ideológicos e estruturas de poder.

## Referências

ANTECEDENTES. **Portal da Constituição Cidadã**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [S. d.]. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/antecedentes](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/antecedentes). Acesso em: 1 fev. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 27 set. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CONSTITUIÇÃO 30 ANOS: as constituições brasileiras de 1824 a 1988. **JusBrasil**, 2019. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/noticias/633535994/constituicao-30-anos-as-constituicoes-brasileiras-de-1824-a-1988>. Acesso em: 1 fev. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2018.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis**. New York: Harper, 1974.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari H. A estrutura do noticiário estrangeiro: a apresentação da crise do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. *In*: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999. p. 61-73.

GAMSON, William. **Talking politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching: mass media in the making & unmaking of the new left**. Berkeley: University of California Press, 1980.

MENEZES FILHO, Nelson; SOUZA, André P. **A carta**. São Paulo: Todavia, 2019.

PORTAL DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [S. d.]. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/constituintes](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/constituintes). Acesso em: 1 fev. 2023.

PORTO, Mauro P. Enquadramentos da mídia e política. *In*: RUBIM, Antônio A. (org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: EdUFBA, 2004. p. 73-104.

STEPHENS, Mitchell. **Uma história das notícias: do tambor ao satélite**. Nova York: Viking, 1988.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2013.

TUCHMAN, Gaye. **Making news: a study in the construction of reality**. New York: Free Press; Later Printing edition, 1978.

VIDAL, Delcia Maria de Mattos. **Imprensa, jornalismo e interesse público: perspectivas de renovação – a notícia cidadã**. 2009. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: [http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/5325/1/2009\\_DelciaMariadeMattosVidal\\_sem%20anexos.pdf](http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/5325/1/2009_DelciaMariadeMattosVidal_sem%20anexos.pdf). Acesso em: 16 ago. 2023.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 2001.

Submetido em: 02.04.2024

Aprovado em: 25.07.2024